

PROPOSTA DOS BANCOS EMPURRA BANCÁRIOS À GREVE

Quer índice de reajuste abaixo da inflação? Quer ficar sem o vale-cultura? Quer PLR desvalorizada? **Se a resposta é não, você precisa aderir à paralisação nacional dos bancários a partir do dia 6 de setembro.**

Os bancos, que lucraram R\$ 29,7 bilhões somente nos primeiros seis meses deste ano e extinguiram 7.897 postos de trabalho, encerraram as negociações da Campanha Nacional Unificada 2016 e a proposta global apresentada não atende a praticamente nenhuma das reivindicações dos bancários.

O aumento salarial proposto, de 6,5%, representa perda real de 2,8% (de acordo com a inflação de 9,57%).

A Fenaban retoma, assim, política de reajuste rebaixado, que nos anos 1990 trouxe grandes perdas à categoria. O pagamento de uma parcela de **R\$ 3 mil de abono não é salário** e, portanto, não reflete em férias, 13º, FGTS, VA, VR, auxílios, previdência.

A proposta também não traz nada sobre proteção aos empregos, melhores condições de trabalho, saúde, segurança, fim da desigualdade entre homens e mulheres, entre outras demandas.

As regras para a PLR continuariam as mesmas de 2015. O vale-cultura será extinto em dezembro. O único avanço refere-se à adoção da licença-paternidade de 20 dias a partir de janeiro de 2017.

BANCOS DIZEM NÃO

Auxílio-creche de R\$ 880: NÃO! Os bancos querem reajustar somente em 6,5% o valor atual de R\$ 337, que iria para R\$ 359.

Vale-cultura: NÃO! Assim, mesmo que o governo federal renove a lei no fim do ano, o Comando teria de voltar a negociar com os bancos para manter o vale de R\$ 50 mensais.

Parcelamento de férias: NÃO! Querem condicionar o parcelamento do valor pago ao parcelamento dos 30 dias de férias.

Fim da desigualdade entre homens e mulheres: NÃO! A Fenaban remeteu à mesa temática o debate de igualdade salarial e de ascensão profissional entre homens e mulheres.

Vale-refeição na licença-maternidade: NÃO! Mesmo que signifique muito pouco para os bancos (que têm subsídio de 40% do valor) e muito para as mães bancárias.

Empregos e Agência digital: NÃO! A Fenaban afirma que o debate sobre empregos e direitos, como jornada e condições de trabalho nessas unidades, deve ser feito banco a banco.

Auxílio-educação em todos os bancos: NÃO! Bradesco segue como único dos grandes que não paga bolsa de estudo a bancários.

BANCÁRIOS REIVINDICAM

- ✓ Reajuste salarial de 14,78% (aumento real de 5% mais inflação projetada em 9,31%)
- ✓ PLR de 3 salários mais R\$ 8.317,90
- ✓ Piso de R\$ 3.940,24 (salário mínimo do Dieese)
- ✓ Vale-refeição de R\$ 40 por dia
- ✓ Vale-alimentação de R\$ 880
- ✓ 13ª cesta-alimentação de R\$ 880
- ✓ Auxílio-creche/babá de R\$ 880
- ✓ 14º salário

Auxílio-educação

Pagamento para graduação e pós-graduação.

Emprego

Fim das demissões, mais contratações, combate à terceirização sem limites prevista no PLC 30/2015, a ser votado no Senado. Além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

Ascensão profissional

Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) com igualdade de oportunidades para todos, mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

Saúde e melhores condições de trabalho

Fim das metas abusivas e do assédio moral, combate ao assédio sexual, melhoria nos programas de retorno ao trabalho, eleição de Cipa em todos os locais.

Segurança

Prevenção contra assaltos e sequestros, aumento no número de vigilantes nas agências e ampliação dos dispositivos de segurança.

CAMPANHA
NACIONAL DOS
BANCÁRIOS 2016

SÓ
A LUTA
GARANTE

CAIXA: CHUVA DE 'NÃOS' EM NEGOCIAÇÃO

“Uma chuva de nãos”. Assim o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE), Dionísio Reis, definiu a terceira rodada de negociações entre representantes dos empregados e a direção do banco.

Mesmo de posse das reivindicações desde 9 de agosto, a empresa não apresentou proposta palpável.

A postura intransigente e desrespeitosa da Caixa está empurrando os bancários para a greve, com uma grande mobilização em torno da Caixa 100% pública e por nenhum direito a menos, além das reivindicações gerais da categoria.

100% Pública

Uma das cobranças dos empregados é a manutenção do caráter público do banco. Na mesa, foi realizado um ato com a abertura de cartazes e uma fala do coordenador da CEE, em defesa da Caixa 100% Pública. “Não aceitamos o fatiamento, com a venda de áreas como loterias, seguros e cartões”, disse.

Caixas

Outro ponto de destaque foi a volta da função de caixas. Apesar da direção do banco negar a extinção do cargo, o normativo

RH184 prevê apenas a existência do “caixa minuto” e ainda restringe o acesso dos empregados à incorporação de função. Sobre a revogação da RH184, a Caixa não apresentou proposta.

Reestruturação

Outra prioridade dos trabalhadores é a discussão prévia e transparente de qualquer processo de reestruturação. Novamente, a direção da Caixa não se pronunciou.

“A direção da Caixa, além de não avançar em nenhum ponto, tem descumprido questões acordadas em anos anteriores como o Saúde Caixa, no qual não utiliza o superávit para melhoria do plano. Isso já se arrasta por dois anos”, critica.

Descomissionamento

Uma conquista histórica dos bancários da Caixa é o processo seletivo interno. Por outro lado, o banco sempre manteve em segredo a questão do descomissionamento, que fica nas mãos do gestor, seguindo critérios subjetivos e arbitrário.

Na mesa, a direção do banco admitiu arbitrariedades por parte de gestores no descomissionamento, mas declarou não ter intenção de abrir discussão com empregados sobre a questão.

DEBATE COM BB É MARCADO POR NEGATIVAS

Não à incorporação de escriturários ao Plano de Cargos e Remuneração (PCR), não à adoção do índice de 6% nas faixas da carreira de antiguidade, não para novas contratações, não para o pagamento de Verba de Caráter Pessoal (VCP) a funcionários envolvidos em processos de reestruturação.

Essa **avalanche de negativas** marcou a postura dos representantes do Banco do Brasil na segunda rodada de negociação que discutiu a renovação do acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), no dia 30. Não há data para nova reunião.

BB Digital

Foi negada a adoção da NR 17 aos trabalhadores do BB Digital. A norma estabelece, entre outras medidas, pausa de dez minutos para cada 50 minutos trabalhados. Os dirigentes sindicais insistiram que o BB Digital deve ser discutido com prioridade, apontaram que o projeto está sendo usado como forma de ameaça de descomissionamento e cobraram providências para melhorar as condições de trabalho. O BB não se posicionou.

Economus

Foi recusada, ainda, negociação específica sobre a situação deficitária do Economus, plano responsável pela previdência complementar e assistência à saúde dos funcionários oriundos da Nossa Caixa. Não houve justificativa plausível.

Em estudo

Para reivindicações relativas à reclassificação de faltas greves; pagamento dos vales-refeição e alimentação para as licenças maternidade e saúde; remuneração do gerente de relacionamento, os negociadores pelo BB afirmaram que há estudos em andamento e que depois dariam retorno aos sindicalistas.

Mesas temáticas

A direção do banco concorda em instalar duas mesas temáticas: uma sobre saúde e outra sobre conflitos no ambiente de trabalho. No entanto, recusou uma específica sobre os cargos técnicos, como engenheiros, advogados e outros.